

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GLADIS SCHIMITT VIEIRA MACHADO

**GESTÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA  
REDE PÚBLICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Tramandaí / RS  
2023

GLADIS SCHIMITT VIEIRA MACHADO

**GESTÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA  
REDE PÚBLICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do grau  
de Licenciada em Pedagogia pela  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Igor Ghelman Sordi  
Zibenberg.

Tramandaí/RS  
2023

### CIP - Catalogação na Publicação

Machado, Gladis Schimitt Vieira  
GESTÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO  
BÁSICA NA REDE PÚBLICA / Gladis Schimitt Vieira  
Machado. -- 2023.  
47 f.  
Orientador: Igor Ghelman Sordi Zibenberg.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus  
Litoral Norte, Licenciatura em Pedagogia, Tramandaí,  
BR-RS, 2023.

1. Gestão Pedagógica. 2. Ensino Remoto Emergencial.  
3. Educação Pública. 4. Ensino a Distância. 5.  
Educação Domiciliar. I. Zibenberg, Igor Ghelman Sordi,  
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados  
fornecidos pelo(a) autor(a).

GLADIS SCHIMITT VIEIRA MACHADO

**GESTÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA  
REDE PÚBLICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Igor Ghelman Sordi Zibenberg.

Data de aprovação: 20 de janeiro de 2023.

Banca examinadora:

---

Professora Dra. Rejane Ramos Klein

---

Prof. Dr. Igor Ghelman Sordi Zibenberg (Orientador)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, essência de tudo, princípio e fim de todas as coisas.

À querida família, por serem o que são: exemplos diários para a prática do bem. Amo todos vocês, um por um. Agradecimento especial à mãe, pelos 87 anos de retidão, e ao Silvio, pelos 34 anos de precioso companheirismo. Ao Bruno e a Cris, pela disposição em ler meus textos.

Às minhas companheiras de jornada, pelas orações constantes nas boas e más horas.

Ao Prof. Dr. Igor Zibenberg. Desde o início do curso, sempre marcaste diferença se tornando uma referência na minha formação.

Por ser direito de todos e dever do estado, é obrigação da educação escolar intervir no campo das desigualdades sociais, a fim de garantir o exercício pleno da cidadania. Para tanto, torna-se necessário investir e promover processos educativos que envolvam toda a comunidade escolar, tendo como objetivo formar sujeitos capazes de reconhecer e respeitar a diversidades expressas nas múltiplas questões sociais. (NICOLLINI, 2015, p. 9-10).

## RESUMO

As crises trazem consigo as oportunidades de mudança e construção do novo. E essa é a proposta deste trabalho. Investigar, através de uma revisão bibliográfica, parte do que já foi pesquisado sobre o Ensino Remoto Emergencial na Educação Básica Pública e o que pode ser mudado no contexto escolar a partir desses processos investigativos. As buscas se deram em bases de dados virtuais, a saber: Scielo Brasil, Lume da UFRGS e no Repositório de Periódicos da CAPES. A partir delas, encontraram-se quinze publicações acadêmico/científico presentes nas referidas bases de dados. O período das publicações encontradas foi de 2020 a 2022. Com o estudo, pôde-se observar que há diferentes enfoques das publicações sobre o tema. Para análise, os artigos foram selecionados em cinco categorias: Contexto Físico / Histórico / Social da Escola Pública; Potencialidades e Dificuldades do Professor; O Papel da Família na Educação; Dificuldades do Aluno no ERE; e, A Gestão Pedagógica. O conjunto destaca vários fatores de agravamento da crise que fortalecem o desafio à comunidade científica para produzir mais materiais que possam fomentar uma transformação no sistema educacional brasileiro, abrindo portas não só a novos conhecimentos, mas, também, à operacionalização do que já existe e que não são incentivados pelo Estado ou, muito menos, buscados pela população.

**Palavras-chave:** ENSINO REMOTO EMERGENCIAL. PANDEMIA. ENSINO NÃO PRESENCIAL. INCLUSÃO DIGITAL. INCLUSÃO ESCOLAR. COVID-19.

## ABSTRACT

Crises bring with them opportunities to change and build something new. And this is the purpose of this work. To investigate, through a bibliographic review, part of what has already been found about Emergency Remote Teaching in Public Basic Education and what can be changed in the school context. The searches took place in virtual databases, namely: Scielo Brasil, Lume of the UFRGS and the CAPES Journal Repository. From these databases, fifteen articles published in Portuguese in magazines or periodicals were found. The period of the publications ranged from 2020 to 2022, it could be observed that there are different approaches of publications on the subject. For analysis, the articles were classified in five categories: Physical / Historical / Social Context of the Public School; Potentialities and Difficulties of the Teacher; The Role of the Family in Education; Difficulties of the Student in the ERE; and, Pedagogical Management. The set highlights several factors aggravating the crisis that strengthen the challenge to the scientific community to produce more materials that can foster a transformation in the Brazilian educational system, opening doors not only to new knowledge, but also to the operationalization of what already exists and are not encouraged by the State or, much less, sought by the population.

**Keywords:** EMERGENCY REMOTE TEACHING. PANDEMIC. NON-PRESENTIAL TEACHING. DIGITAL INCLUSION. SCHOOL INCLUSION. COVID-19.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Decisões do CNE que adaptaram a vida escolar durante a Pandemia .....	15
Tabela 2 –	Diferenças entre Ensino Remoto Emergencial e <i>Homeschooling</i> .....	25
Tabela 3 –	Artigos selecionados.....	29

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ERE	Ensino Remoto Emergencial
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
QUALIS	Sistema de Classificação de Periódicos, Anais e Revistas

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	11
2	JUSTIFICATIVA .....	14
3	REVISÃO TEÓRICA.....	23
4	METODOLOGIA.....	27
5	RESULTADOS E ANÁLISE .....	28
5.1	Contexto Físico / Histórico / Social da Escola Pública.....	33
5.2	Potencialidades e Dificuldades do Professor .....	34
5.3	O Papel da Família.....	35
5.4	Dificuldades do Aluno .....	36
5.5	A Gestão Pedagógica.....	38
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS.....	41

## 1. INTRODUÇÃO

Nasci numa família marcada pelo amor à educação. Meu pai, um funcionário público, em suas andanças como projetista de estradas, granjeava amigos por todos os rincões do nosso estado, sendo a nossa casa o hotel onde estes se hospedavam quando necessitavam de alguma coisa na “capital”. Com a aposentadoria, no início da década de 80, meus pais partiram para a conquista de um sonho. Numa vila de Porto Alegre, sem qualquer infraestrutura, formada principalmente pelo êxodo rural, às suas próprias expensas, com auxílio de algumas pessoas que se motivaram com a iniciativa, construíram um local onde pessoas humildes recebiam, além de alento espiritual, uma refeição diária e apoio para que pudessem ser sujeitos de sua própria história. Assim, meus irmãos mais velhos tornaram-se alfabetizadores de adultos e auxiliares pedagógicos para apoio escolar de crianças esquecidas pelo poder público que as tratava como números dentro da rede pública de ensino. E com que satisfação em nossa casa era recebida a notícia que o José Maria, a Elza, a Lia Mara e tantos outros haviam conseguido o tão almejado “emprego de carteira assinada”! Essas pessoas tornavam-se parte de nossas vidas: eram os amigos que faziam parte de nossas comemorações familiares.

A vida foi nos ampliando oportunidades para continuarmos aquilo que aprendemos em família, ajudando pessoas das mais diferentes culturas e condições sociais, ora recebendo estrangeiros, ora acompanhando a ressocialização de ex-detentos ou socorrendo dependentes químicos e suas famílias. E sempre vimos a educação, em todos os níveis, como um caminho de transformação e consolidação da dignidade humana. “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (FREIRE, 2000, p.67).

Essa experiência nos levou além fronteiras, ora como palestrantes, ora como atores em projetos semelhantes em países da América Latina, da Ásia, da Europa e da América do Norte, tanto em ações presenciais quanto remotas, o que nos levou a estar na Europa, mais precisamente em Portugal, quando a OMS declarou a pandemia pela Covid 19. O caos foi instalado a um *clac*, não havia nem máscaras para todos no mercado, tudo faltava. Fui socorrida por uma empresa aérea que aceitou antecipar meu voo ao Brasil por ser eu portadora de uma síndrome que reduz a imunidade. No aeroporto, havia uma certa ordem nos guichês que conduziam aos

voos para países da União Europeia. Para os “outros”, amontoavam-se, aos milhares, pessoas angustiadas por conseguir voltar para seus lares, num cenário surreal. Após algumas horas de expectativa, conseguimos embarcar num dos últimos voos antes que as fronteiras aéreas se fechassem. Cheguei em São Paulo já apresentando sintomas, me dirigi a um hospital, fiz exames e fui orientada a “ficar em casa”. Isolada em um quarto, piorando a cada dia, sem condições de deslocar-me da cama ao sanitário pela falta de ar, por nove dias fui continuamente orientada pelo atendimento médico remoto que permanecesse em casa, medicada com Paracetamol. Até que “acharam” uma tomografia realizada no primeiro atendimento constatando que já naquele momento havia um significativo comprometimento dos pulmões.

Resumindo tudo com a palavra “sobrevivi”, desde então tenho voltado minha atenção às questões que envolvem o comprometimento da vida e da dignidade dentro do cenário pandêmico, com um olhar especial sobre a educação, especificamente sobre o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e suas implicações.

Autores já consagrados, como Nóvoa, se preocuparam em registrar seus olhares para a educação básica nesse período, assim como trabalhos acadêmicos publicados em portais como o Scielo Brasil, Lume e Capes. A partir desse cenário, queremos compreender, através de uma busca na literatura acadêmica, como a produção bibliográfica disponível sobre o ensino durante a pandemia da COVID-19 pode contribuir para a educação fora do ambiente escolar.

Esse trabalho é uma pesquisa qualitativa. Como tal, apresentará em suas característica “a) flexibilidade e construção progressiva do objeto, b) ocupar-se de objetos complexos, c) dados heterogêneos, d) valorizar a exploração indutiva do campo.” (WARMILING, 2018,p.2) . Ele será desenvolvido, como já citado, por meio de pesquisa bibliográfica, analisando publicações em meio eletrônico, tais como dissertações, periódicos científicos e outras referências teóricas que tragam informações sobre quais são os limites e as potencialidades do ensino remoto emergencial realizado durante a pandemia da COVID-19 descritos na produção acadêmica.

O objetivo geral deste trabalho é compreender, por meio de uma revisão bibliográfica, os limites e potencialidades do ensino remoto emergencial durante a pandemia da COVID-19 descritos na produção acadêmica, sabendo que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2003, p. 47).

Os objetivos específicos são:

- 1) Compreender a participação da comunidade escolar nas implementações do ensino remoto emergencial.
- 2) Analisar o acompanhamento da gestão pedagógica no ensino remoto emergencial.
- 3) Identificar o papel da família no processo de execução do ensino remoto emergencial.

## 2. JUSTIFICATIVA

Com a rápida transmissão e o alto grau de letalidade da COVID-19, com medo de um colapso total no sistema de saúde com uma infecção em massa de toda a população, foi estabelecido um plano de restrição ao contágio no Brasil. Dentro das estratégias estabelecidas, estava o isolamento social, quando o que não era considerado serviço essencial deveria ou parar ou funcionar em modo virtual. Essa medida atingiu em cheio a educação. Com a proximidade entre pessoas que o ensino presencial promove, as escolas foram vistas como pontos críticos de contaminação e, portanto, fechadas. Para que não se paralisasse de todo, o sistema educacional passou a operar pelo que se denominou de Ensino Remoto Emergencial, onde a sala de aula foi transportada do meio físico para o virtual. Instituído pela Medida Provisória n. 934, de 1º de Abril de 2020, e normatizado por diversos pareceres e resoluções do CNE, o ERE não consta na literatura acadêmica como uma modalidade de ensino, mas sim como um programa de emergência. Era para ser uma forma de reunir alunos e professores em ambientes virtuais de aprendizagem (BEHAR, 2020).

Mas o que se sabe é que não foi assim. Limitado por vários fatores, as aulas não alcançaram o êxito esperado nem aqui, nem fora do Brasil. Segundo parecer da Unesco sobre as consequências diversas do fechamento das escolas, emitido em março de 2021, entre as principais dificuldades apresentadas no exercício do ensino remoto emergencial durante a pandemia provocada pela COVID-19 estão: a aprendizagem interrompida, com desvantagens desproporcionais aos menos favorecidos socialmente; má nutrição, por comprometer o acesso a refeições saudáveis servidas nas escolas; confusão e estresse para professores, que precisaram migrar abruptamente para novos sistemas de ensinios enfrentando adversidades; incertezas e frustrações; pais despreparados para a educação a distância em casa; desafios enormes, tanto humanos quanto técnicos, na criação, manutenção e melhoria do ensino a distância; comportamento de risco às crianças que precisaram ficar sozinhas quando os pais saíam a trabalhar; altos custos econômicos para famílias que precisaram abrir mão de empregos ou faltarem em dias de trabalho por não ter com quem deixar os filhos; aumento das taxas de abandono escolar, principalmente nas camadas mais desfavorecidas, quando as crianças acabam se engajando no mercado de trabalho informal; maior exposição à violência

e à exploração, aumentando casos de abuso sexual, gravidez precoce, aliciamentos pelo crime; além do isolamento social que privou crianças de um desenvolvimento pleno (UNESCO, 2021).

No Brasil, devido à situação de emergência, com toda sua singularidade, as articulações em torno desse plano foram imediatistas e eram constantemente ajustadas por meio de diversos pareceres e resoluções emitidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da pandemia, tentando aprimorar o Ensino Remoto Emergencial para atender as necessidades da comunidade escolar. Mas, apesar dos esforços, os dados oficialmente apresentados têm sido negativos. A evasão escolar, ao terceiro trimestre de 2020 estava em 5,51% contra os 1,41% do mesmo período em 2019, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2019).

Podemos acompanhar no quadro a seguir o desenvolvimento do Ensino Remoto Emergencial nas decisões do CNE<sup>1</sup>:

Tabela 1: Decisões do CNE que adaptaram a vida escolar durante a Pandemia

<p>Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020</p>	<p>Em razão da pandemia da COVID-19, reorganiza o Calendário Escolar, visando a garantia da realização de atividades escolares para fins de atendimento dos objetivos de aprendizagem previstos nos currículos da educação básica e do ensino superior, em atendimento ao disposto na legislação e normas correlatas sobre o cumprimento da carga horária, e permite a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, enquanto alternativa para reduzir a reposição de carga horária presencial ao final da situação de emergência e permitir que os estudantes mantenham uma rotina básica de</p>
--	--

<sup>1</sup> Disponível em: <Link para acesso aos Pareceres: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90771-covid-19>>. Acesso em: 19 de agosto de 2021;



	atividades escolares mesmo afastados do ambiente físico da escola.
Parecer CNE/CP nº 6/2020, aprovado em 19 de maio de 2020	Atende a demandas de grupos religiosos, regulamentando que, durante a pandemia da COVID-19, haja conciliação com o direito de guarda do sábado pelas religiões que assim o fazem e que sejam oferecidos, conforme legislação, meios de cumprimento de prestação alternativa.
Parecer CNE/CP nº 9/2020, aprovado em 8 de junho de 2020	Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que versa sobre avaliações e exames no contexto da situação de pandemia, no sentido de explicitar que seus efeitos não implicam no óbice ou prejudique, de qualquer forma, a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nos termos em que vier a ser definido pelos órgãos e entidades educacionais competentes, considerando sua complexidade e as especializações pedagógica, técnica, tecnológica e logística, bem como firma a competência privativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no que se refere às ações da aludida política pública.
Parecer CNE/CP nº 10/2020, aprovado em 16 de junho de 2020	Prorrogação por 12 (doze) meses do prazo a que se refere o artigo 60 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, para implantação de instituições credenciadas e de cursos autorizados, com a devida anotação pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) no cadastro do sistema e-MEC, como forma de mitigar os efeitos da pandemia da COVID-19.
Parecer CNE/CP nº 11/2020, aprovado em 7 de julho de 2020	Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia, referentes

	<p>ao planejamento de aulas, orientações pedagógicas, avaliação e estratégias de recuperação, considerando os direitos dos estudantes da Educação Especial, no que se refere a apoios e suporte diferenciados para que alcancem as expectativas e metas traçadas nos processos de ensino e aprendizagem.</p>
<p>Parecer CNE/CES nº 498/2020, aprovado em 6 de agosto de 2020</p>	<p>Prorrogação por 01 (um) ano do prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), considerando as dificuldades advindas da pandemia da COVID-19, a necessidade de adaptação das IES às modalidades não presenciais e as dificuldades inerentes ao estabelecimento de agendas de trabalho referentes às rotinas curriculares.</p>
<p>Parecer CNE/CP nº 15/2020, aprovado em 6 de outubro de 2020</p>	<p>Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, referentes ao planejamento de aulas, orientações pedagógicas, avaliação e estratégias de recuperação, considerando os direitos dos estudantes da Educação Especial, no que se refere a apoios e suporte diferenciados para que alcancem as expectativas e metas traçadas nos processos de ensino e aprendizagem.</p>
<p>Parecer CNE/CP nº 16/2020, aprovado em 9 de outubro de 2020</p>	<p>Reexame do item 8 (orientações para o atendimento ao público da educação especial) do Parecer CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2020, que trata de Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da</p>

	<p>pandemia, incumbindo as redes de ensino pelas providências necessárias à promoção de acessibilidade e segurança da saúde dos estudantes no retorno às aulas presenciais, bem como por remover quaisquer barreiras que impeçam sua plena e efetiva participação em igualdade de condições com os demais estudantes.</p>
<p>Parecer CNE/CP nº 19/2020, aprovado em 8 de dezembro de 2020</p>	<p>Reexame do Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.</p>
<p>Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020</p>	<p>Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais, tais como o retorno às atividades escolares regulares deve ocorrer de acordo com as diretrizes das autoridades sanitárias combinadas às regras estabelecidas pelos respectivos sistemas de ensino e instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.</p>
<p>Resolução CNE/CES nº 1, de 29 de dezembro de 2020 Parecer CNE/CP nº 6/2021, aprovado em 6 de julho de 2021</p>	<p>Dispõe sobre prazo de 01 (um) ano para implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) durante a calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19.</p>
<p>Parecer CNE/CP nº 6/2021, aprovado em 6 de julho de 2021</p>	<p>Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e</p>

	aprendizagem e para a regularização do calendário escolar, tais como o respeito aos protocolos sanitários, a reorganização dos calendários escolares considerando a flexibilização dos 200 (duzentos) dias letivos, a busca ativa de estudantes, as avaliações diagnósticas para orientar a recuperação das aprendizagens, a adoção de estratégias de aprendizagem híbrida e uso de tecnologias para complementar as aulas presenciais, entre outras.
Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021	Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar, destacando a possibilidade de uso de atividades pedagógicas não presenciais para o cumprimento do aprendizado vinculado ao planejamento curricular, visando a integralização da carga horária das atividades pedagógicas.

Fonte: O autor (2022)

Observa-se que, salvo algumas medidas, o objetivo dos pareceres era garantir a manutenção do Ensino Remoto Emergencial por si só, apenas como uma ponte para passar sobre a pandemia, sem avaliar o seu alcance com qualidade a todos, apesar de, em alguns aspectos, ter influenciado positivamente a Educação, como no caso do desenvolvimento no uso de tecnologias de acordo com o previsto nas Competências 4 e 5 da BNCC:

“4. Multiletramento: comunicar-se por meio de linguagens verbais, textuais, corporais, artísticas e científicas, utilizando plataformas multimídia analógicas e digitais.

5. Contextualização sociocultural do conhecimento: compartilhar informações e construir coletivamente o conhecimento. Compreender e respeitar o contexto sociocultural em que os saberes são constituídos.” (BRASIL, 2018)

Consideramos aqui necessário avaliar os seguintes aspectos da Lei de Diretrizes e Bases que parecem não ter recebido atenção durante Ensino Remoto Emergencial:

“Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;(…)  
 VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;  
 IX - garantia de padrão de qualidade;  
 (...)  
 XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)” (BRASIL, 2021).

Segundo relatório da Unesco 2021, entre os vários desajustes ocorridos durante o programa, está a evasão escolar:

[..] é um desafio garantir que crianças e jovens retornem e permaneçam na escola quando elas forem reabertas. Isso se aplica especialmente aos fechamentos prolongados e quando os impactos econômicos pressionam as crianças a trabalhar e gerar renda para as famílias com problemas financeiros. (UNESCO, 2020, p. 13).

Em 29 de abril de 2021, a UNICEF anunciou os estarrecedores dados referentes à educação no Brasil dentro da crise gerada pela Covid-19:

Em novembro de 2020, mais de 5 milhões de meninas e meninos não tiveram acesso à educação no Brasil – sendo mais de 40% crianças de 6 a 10 anos de idade, etapa em que a escolarização estava praticamente universalizada antes da Covid-19. Com escolas fechadas por causa da pandemia, em novembro de 2020, quase 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não frequentavam a escola (remota ou presencialmente). A eles, somam-se outros 3,7 milhões que estavam matriculados, mas não tiveram acesso a atividades escolares e não conseguiram se manter aprendendo em casa. No total, 5,1 milhões tiveram seu direito à educação negado em novembro de 2020. (UNICEF, 2020, p.6).

Percebe-se que a falta de infraestrutura e de formação tecnológica foram fortes impedimentos para a implantação do Ensino Remoto Emergencial na escola pública. A descontinuidade na formação dos docentes e baixos investimentos em tecnologias para a educação contribuíram para esse quadro, aumentando ainda mais as desigualdades entre os alunos desta e os que estavam matriculados na rede privada.

A adoção de modelos de Ensino Remoto Emergencial (ERE) nos mais diversos formatos trouxe à luz as graves dificuldades para a inserção das

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) na vida escolar, como expressões palpáveis da cultura digital que enfeixa a sociedade em rede, sejam de natureza infraestrutural, cultural e/ou formativa: a necessidade de utilizar tecnologias digitais para a mediação pedagógica de modo tão abrupto expôs violentamente o fosso que separa o uso social das tecnologias digitais nos mais diversos setores da sociedade e o lugar que elas ocupavam na vida dos sujeitos da educação brasileira. (Nonato e Cavalcante, 2022, p. 3).

Se acreditamos na educação como base para uma sociedade mais justa (FREIRE,1986), temos que priorizar a recuperação daquilo que se perdeu nesse período de pandemia. A partir desse momento, será necessário investigar os efeitos da pandemia pela Covid-19 na educação básica pública e discutir com toda a comunidade escolar como mitigar esses prejuízos.

(...) o respeito aos direitos humanos encontra-se diretamente ligado ao desenvolvimento de um processo de gestão democrática, pois prioriza, essencialmente, a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que podem ser transformados em práticas, sendo este o maior desafio do gestor no desenvolvimento de um processo efetivamente democrático. (NICOLLINI, 2015, p.10).

Nesse sentido, a presente pesquisa pretende contribuir com o aperfeiçoamento do Ensino Remoto Emergencial pela ampliação do diálogo sobre as práticas pedagógicas nesse contexto, buscando assim melhorar o atendimento de crianças que estarão em contato conosco em nossas vivências escolares, levando em conta que “a compreensão do texto a ser alcançado por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” (FREIRE, 1986, p. 113), situando o pedagogo e seus papéis dentro desse contexto.

(...) a atuação do pedagogo escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização da classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula (LIBÂNEO, 2010, p. 61).

Para além da atuação fundamental para criação de um projeto pedagógico eficiente, o pedagogo “exerce um papel central com articulador do processo educativo” (CARBELLO, 2013, p. 17). É ele o profissional habilitado para promover a

participação, e não apenas representação, da comunidade escolar na gestão democrática, formando um trabalho coletivo que ampare todas as diferenças culturais e sociais que, porventura, existam na escola (CARBELLO, 2013).

### 3. REVISÃO TEÓRICA

As transformações sofridas pela sociedade, que modificaram as ações da família e vizinhança como formadores de cidadania, constituíram a escola num espaço de formação cultural e social (BUENO, 2001, p.5-6), abarcando, quase que exclusivamente, os deveres constitucionais de preparação do indivíduo para o mercado de trabalho e para a cidadania (Brasil, 1988). Para Nóvoa, a escola, no modelo como existe, tem se mostrado insatisfatória para atender essas demandas da contemporaneidade (NÓVOA, 2019). Bueno (2001) reforça essa ideia, dando ênfase à necessidade de configurar um projeto pedagógico real envolvendo professores, funcionários, alunos, pais para que as três funções primordiais da escola - acesso à cultura, formação da cidadania e espaço social - sejam atendidas conforme as especificidades de cada comunidade.

É neste contexto fragilizado, que exigia mudanças para qualificar a escola pública, que o Ensino Remoto Emergencial é implantado devido à pandemia provocada pela Covid -19. Em entrevista com a coordenação pedagógica de uma escola estadual na Região Sul de Porto Alegre (MACHADO, 2021), são apresentadas algumas ineficiências do sistema adotado pela SEC/RS. Segundo a entrevistada, o esquema disponibilizado foi bom para os professores, no sentido de apresentar ferramentas que propunham ao docente a possibilidade de aprimorar sua formação, mas, dentro da realidade de uma escola plantada numa comunidade carente, controlada pelo tráfico, inadequada e ineficiente. Segundo ela, a comunidade nunca foi consultada sobre a implantação do Ensino Remoto Emergencial. Para Libâneo, a escola para todos existirá a partir da participação de todos os seus sujeitos no processo de gestão (LIBÂNEO, 2002). Não tem como a educação acontecer de forma unilateral. É necessário fazer o abraço dos conhecimentos e anseios de todos (PERISSÉ, 2012). O ERE, apesar de suas especificidades, não pode fugir a isso. A Gestão Pedagógica deve buscar na coletividade as suas respostas.

O melhor que nós temos a fazer é reconhecer que no mundo – e também na resposta à pandemia – há milhares de professores, experiências e realidades educativas que precisam de ser pensadas, escritas e partilhadas para criar uma nova realidade educativa. (NÓVOA, 2021, p. 1).



Para tratar do tema da participação das famílias na implantação do ERE, um dos objetivos a que esse trabalho se propõe, consideramos importante aqui distinguir Ensino Remoto Emergencial, Ensino à Distância e Ensino Doméstico ou Homeschooling.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) é uma alteração curricular para situações geradas por alguma crise que impeça aulas presenciais. Não existe um teto de tempo para sua aplicação e suas atividades podem ser totalmente remotas ou híbridas e visam unicamente suprir aquele momento, sem ter vistas a um fortalecimento do sistema (HODGES; MOORE; LOCKEE, TRUST; BOND, 2020). Nesse modelo, a sala de aula se transfere para casa de forma compulsória.

A Educação a distância é descrita no decreto nº 9.057, que regulamenta o artigo 80 da LDB, como:

[...]a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017)

Nessa modalidade, existe um padrão de atuação rígido e massivo. Embora esteja bastante difundida nos Ensinos Médio e Superior e possuir uma legislação específica, cabe ressaltar que a Educação a distância só serve para os Ensino Fundamental em situações emergenciais.

A Educação Domiciliar, também conhecida como *Homeschooling*, embora ainda não regulamentada no Brasil, tem atraído famílias no país ainda antes da situação emergencial instalada pela COVID-19. A Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED, 2022) estima que o número de famílias educadoras no país teve um crescimento maior que 2.000% entre 2011 e 2018, saltando de cerca de 360 no ano de 2011, para 7500 famílias em 2018, com cerca de 15000 estudantes, com idade entre quatro e dezessete anos. Segundo Andrade (2014, p.19) pode-se conceituar Homeschooling como “a prática em que os pais assumem a responsabilidade dos processos educacionais dos filhos, promovendo a educação em casa, ao invés da escolarização”.

Portugal está entre os países que adotaram o ensino domiciliar, reconhecido pelo Decreto-Lei nº 55, de 06 de julho de 2018, e regulamentado pela Portaria nº 69,

de 26 de fevereiro de 2019, que regulamenta, também, o Ensino a Distância para os níveis básico e secundário (PORTUGAL, 2019). O preâmbulo do Decreto-Lei afirma que o mesmo tem por objetivo:

- i) Dispor de maior flexibilidade na gestão curricular, com vista à dinamização de trabalho interdisciplinar, de modo a aprofundar, reforçar e enriquecer as Aprendizagens Essenciais;
- ii) Implementar a componente de Cidadania e Desenvolvimento, enquanto área de trabalho presente nas diferentes ofertas educativas e formativas, com vista ao exercício da cidadania ativa, de participação democrática, em contextos interculturais de partilha e colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade;
- iii) Fomentar nos alunos o desenvolvimento de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da sua autoestima e bem-estar;
- iv) Adotar diferentes formas de organização do trabalho escolar, designadamente através da constituição de equipas educativas que permitam rentabilizar o trabalho docente e centrá-lo nos alunos;
- v) Apostar na dinamização do trabalho de projeto e no desenvolvimento de experiências de comunicação e expressão nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal, valorizando o papel dos alunos enquanto autores, proporcionando-lhes situações de aprendizagens significativas;”
- vi) Reforçar as dinâmicas de avaliação das aprendizagens centrando-as na diversidade de instrumentos que permitem um maior conhecimento da eficácia do trabalho realizado e um acompanhamento ao primeiro sinal de dificuldade nas aprendizagens dos alunos;
- vii) Conferir aos alunos do ensino secundário a possibilidade de adoção de um percurso formativo próprio através de permuta e substituição de disciplinas, no respeito pelas componentes específica e científica de cada curso. (PORTUGAL, 2018, p.10)

O interesse nessa modalidade de ensino para muitos pais foi potencializado durante a pandemia, sendo as discussões a respeito do tema ampliadas, a ponto de uma lei que regulamenta a prática ser aprovada na Câmara dos Deputados e estar, no momento em que este trabalho é escrito, prestes a ser votado no Senado.

A semelhança entre as três modalidades está no ambiente em que elas acontecem: fora da escola. No entanto são totalmente distintas. O Ensino Remoto Emergencial (ERE) e o *Homeschooling*, que são os que mais se confundem nas séries iniciais, podem se distinguir pelas seguintes diferenças:

Tabela 2: Diferenças entre Ensino Remoto Emergencial e *Homeschooling*

<b>ENSINO REMOTO EMERGENCIAL</b>	<b>HOMESCHOOLING</b>
Os pais se obrigam a tornarem-se educadores, mesmo contra a própria vontade.	Os pais ou responsáveis, voluntariamente, "assumem responsabilidade direta sobre a

	educação das crianças em idade escolar” (BARBOSA, 2013, p. 17).
As crianças ficam isoladas socialmente, carregando uma alta carga de stress (ALMEIDA, TEIXEIRA, REGO, MOREIRA, 2021)	Em tempos normais, as crianças convivem normalmente no círculo social dos pais, além de participarem de atividades extracurriculares, na maioria dos casos, na mesma intensidade ou em intensidade superior à de crianças escolarizadas (ANED, 2022).
A crianças se sentem cobradas.	A proposta é que as crianças aprendam de forma personalizada, o que torna o aprendizado mais natural para a criança. Pesquisas revelam que esse fator, por respeitar o ritmo de cada criança, acaba proporcionando-lhe prazer no processo de aprendizado (ASSIS, 2019). Além disso, a própria nomenclatura está no gerúndio “ <i>schooling</i> ”, dando ideia de uma contínua aprendizagem.
O professor fica fisicamente distante.	O mediador (pai ou responsável) está presente fisicamente.

Fonte: O autor (2022)

#### 4. METODOLOGIA

Esse trabalho é uma pesquisa bibliográfica. Esse tipo de pesquisa utiliza-se de materiais já existentes, como livros e artigos científicos, cuja principal vantagem é possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de situações muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002).

Visto que se objetiva a realização de um estudo com ênfase no conhecimento de determinados aspectos de natureza subjetiva, que não podem ser traduzidos em números, o tipo de abordagem será qualitativa. De acordo com (Brito et al. 2021, p.3), “a pesquisa qualitativa permite a compreensão de múltiplos aspectos da realidade, viabilizando a avaliação e assimilação da dinâmica interna de processos e atividades”.

O trabalho será desenvolvido analisando publicações em meio eletrônico, tais como dissertações, periódicos científicos e outras referências teóricas relevantes, com devido reconhecimento acadêmico, que tragam informações sobre parte do que já se estudou sobre Gestão Pedagógica no Ensino Remoto Emergencial na Educação Básica da Escola Pública durante a pandemia provocada pela Covid 19. O material coletado será catalogado conforme os objetivos da investigação, já expostos anteriormente, e avaliados por análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é um instrumento de exploração interpretativa de documentos de diversas naturezas, procedida por técnicas que visam à organização e à sistematização de unidades textuais para a evidenciação de núcleos de sentido, a exemplo de temas, conceitos e significados. (FERREIRA e LOGUECIO, 1984, p. 33).

Como pesquisa qualitativa, o trabalho dá ao pesquisador oportunidade de levantar hipóteses e apontar a possibilidade de novos caminhos (NEVES, 1996). Apesar de apontar dados estatísticos, não os utilizará para análise de dados coletados, dando ênfase ao entendimento, preocupando-se com o contexto e orientando-se para um processo e não para um resultado (DALFOVO, 2008).

As palavras-chave utilizadas para a pesquisa eletrônica foram ensino remoto, ensino remoto emergencial, pandemia, ensino não presencial, inclusão digital, Inclusão Escolar, Covid 19. A busca se deu pelos sites LUME da UFRGS, Scielo e Portal de Periódicos da CAPES. Refinando por esses critérios, selecionamos 15 artigos que se enquadravam em educação básica pública durante a pandemia da COVID-19. Foram 6 artigos no Lume, da UFRGS, 2 no Repositório de Periódicos do

Capes e 7 no Scielo Brasil. O Scholar Google foi utilizado como ferramenta de buscas, direcionando a pesquisa para os demais portais. Um artigo foge deste espectro mas consideramos importante citar aqui por diferenciar Ensino Remoto Emergencial e Ensino à Distância, e nos situar melhor no tema pesquisado. Todos os artigos são atuais, publicados no período 2020 – 2022.

## 5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir, serão apresentados os resultados encontrados por intermédio dos textos presentes na revisão bibliográfica e que serviram como norteadores da análise proposta.

Na Tabela 3 estão numerados e intitulados os artigos científicos selecionados, seus autores, ano e tipo de publicação. Para efeitos de uma melhor análise, esses textos, respondendo aos questionamentos presentes nos objetivos dessa investigação, foram subdivididos em cinco categorias, quais sejam: Contexto Físico / Histórico / Social da Escola Pública; Potencialidades e Dificuldades do Professor; O Papel da Família na Educação; Dificuldades do Aluno no ERE; A Gestão Pedagógica. Essa classificação também é apresentada nessa tabela.

Tabela 3 – Artigos selecionados.

Nº	Título	Autor(es)	Ano	Tipo de publicação	Classificação
1	Desenvolvimento Docente Profissional e Educação Básica na Pandemia da Covid 19	SILVA, Camila Lopes dos Santos, BARRETO, Davi Moisés	2022	Artigo de periódico	Potencialidades e dificuldades do Professor
2	Educação à distância e Ensino à distância: Oposição pelo vértice	VELOSO, Braian Mill Daniel	2022	Artigo de Periódico	Contexto Físico / Histórico / Social da Escola Pública

3	Ensino Remoto para estudantes do público alvo da educação especial nas escolas federais	BUENO, Melina Brandt, LEITE, Graciliana Garcia, VILARONGA Carla Ariela Rios, MENDES, Enicéia Gonçalves	2022	Artigo	A Gestão Pedagógica
4	Os Impactos da Covid 19 nos direitos educativos de migrantes e refugiados adultos – Notas de Pesquisa	SILVA, Rita de Cássia Cruz	2022	Artigo	Dificuldades do aluno
5	Direito ou privilégio? Desigualdades Digitais, Pandemia	MACEDO, Renata Mourão	2022	Artigo	Contexto Físico / Histórico / Social da Escola Pública
6	A conformação como possibilidade do planejamento coletivo em tempos de pandemia	LOCKMAN, Kamila, SPERRHAKE, RENATA, TRANSVERSI NI, Clarice	2022	Capítulo de livro	Potencialidades e dificuldades do Professor
7	Educação e inclusão digital em tempos de pandemia.	JAQUES, Bárbara Oliveira	2022	Trabalho de Conclusão de Curso	Contexto Físico / Histórico / Social da Escola Pública

8	Pandemia: perdas na aprendizagem e reinvenção da escola	SOMMER, Luis Henrique, SCHIMIDT, Saraí Patrícia	2022	Artigo	Potencialidades e dificuldades do Professor
9	O ERE e a exigência imediata de letramento: reflexões sobre um tempo de exceção.	FREIRE, Maximina	2021	Artigo	Contexto Físico / Histórico / Social da Escola Pública
10	Estratégias didáticas de professores no ERE frente à pandemia da Covid 19: novos desafios, outros aprendizados	OLIVEIRA, Carlonet Alves; AMANCIO, Joenneyres Raio de Souza	2021	Artigo	Potencialidades e dificuldades do Professor
11	Gestão educacional e avaliação no contexto da pandemia da Covid 19	GOMES, Suzana dos Santos		Artigo	A Gestão Pedagógica
12	Ensino Remoto e anos iniciais do ensino fundamental: Reflexões em torno da docência e de algumas escolhas didático-pedagógicas para o ensino da leitura e da escrita	NUNES, Marília dos Santos; SPERRHAKE, Renata	2021	Artigo	Potencialidades e dificuldades do Professor; Dificuldades do aluno.

13	Avaliação em tempos de ensino remoto emergencial	MOLON, Jaqueline; LUDOVICO, Francieli Motter; BARCELLOS, Patrícia da Silva Campelo Costa; FRANCO, Sérgio Roberto Kieling	2022	Artigo	A Gestão Pedagógica
14	ERE na pandemia da Covid 19: alfabetização em risco na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre	CAMINI, Patrícia; FREITAS, Alice Teixeira de	2022	Artigo	O papel da Família
15	Possibilidades de aprendizagens na pandemia da Covid 19	CORTE REAL, Luciane Magalhães; STEPANSKI, Luciane Marilei Pereira, PICETTI, Jaqueline Santos; SIRANGEL, Luísa Guazelli	2021	Artigo	A Gestão Pedagógica



A partir dessa classificação, não se pretende diminuir a abrangência das problematizações que os textos trazem, mas apenas organizá-los para uma análise dentro do objetivo proposto neste trabalho, conforme apresenta-se como enfoque predominante em cada publicação.

## 5.1 Contexto Físico/Histórico/Social da Escola Pública

Os textos que foram agrupados na Seção 5.1 trazem com riqueza de detalhes aspectos temporais da educação pública do Brasil, fazendo conexões da atualidade com o contexto histórico do ensino escolarizado nesse país, destacando a maneira precária, como num todo, esse tema tem sido tratado em nossa sociedade.

O Ensino à Distância, modalidade amplamente reconhecida, é chamada como parâmetro para definir o que o Ensino Remoto Emergencial não é.

(...) o que se chama de ER fez com que profissionais, talvez sem experiência, preparo e infraestrutura, adequassem emergencialmente suas atividades presenciais ao modelo virtual. Tem-se, portanto, uma série de consequências que podem ser prejudiciais, uma vez que não há, muitas vezes, a criação de todo um ecossistema pensado e desenvolvido especificamente para explorar as potencialidades EaD. (VELOSO e MILL, 2022, p.8).

Focalizando os aspectos negativos dessa tentativa de equalizar o Ensino Remoto e a EaD de forma emergencial, encontramos como eixo as desigualdades digitais.

Dados da pesquisa TIC Domicílios de 2019 apontaram que 20 milhões de domicílios brasileiros não possuíam internet (28% da quantidade total). Ao fazermos a intersecção com classe, apareciam desigualdades muito expressivas: enquanto nas classes econômicas A e B a presença da internet beirava os 100% em 2019, nas classes D e E, o acesso caía para 50%. Em relação à posse de equipamentos, as desigualdades também eram grandes: enquanto nas classes A e B a posse de computador era um item frequente (95 e 85%, respectivamente), nas classes D e E, a presença do computador caía para 14% (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 2019). (MACEDO, 2020, p.5).

Além do acesso à internet e da posse de equipamentos adequados, a desigualdade se apresenta no letramento digital, pois os usos variam “de acordo com a escolaridade, capital cultural, idade, tipo de inserção profissional” (MACEDO, 2020, p.5). Maximina Freire se detém nessa mesma questão, comparando professores e alunos a migrantes desterritorializados, desprovidos do letramento linguístico necessário para incluírem-se no sistema (FREIRE, 2021). Pesquisa realizada com professores da rede pública de escola municipais e estaduais da área de Porto Alegre e Canoas no mês de agosto de 2022 reafirma a desigualdade do letramento digital.

Segundo a autora dessa pesquisa, o letramento, muito mais do que o manuseio de uma ferramenta digital, é, sim, apropriar-se desse recurso para uma interação efetiva com o conhecimento e, infelizmente, a pedagogia permanece no mundo analógico (JAQUES, 2022).

O preconceito em relação ao EAD levou alguns gestores e professores a agirem com rejeição aos mesmos; outros, que há anos acreditavam e lutavam por essa modalidade, perceberam logo que a forma de condução da educação no cenário pandêmico não daria bons resultados, aumentando a rejeição por essa modalidade. Outra parcela, por ignorância, entendeu não ser possível utilizar esse recurso. Assim, gestores e toda a comunidade escolar precisaram migrar para uma modalidade diferenciada que não poderia ser comparada a experiências anteriores (FREIRE, 2021). É difícil encontrar culpados dentro desse cenário, mas o certo é que ninguém pode ser penalizado sozinho. A gestão democrática deve envolver todos os componentes da comunidade escolar e essa participação coletiva ainda não faz parte da nossa cultura (JAQUES, 2022).

## **5.2 Potencialidades e Dificuldades do Professor**

Em linhas gerais, os autores classificados nessa seção se preocupam em mapear por meio de pesquisa de campo as principais dificuldades dos professores, suas possíveis causas e possibilidades de crescimento. Para Oliveira e Amancio, (2021), são relevantes como desafios a falta de privacidade da família do professor e do aluno quando aulas síncronas acontecem a partir de suas casas, a adaptação e limitação da criança diante da tela, celular com pacote de dados insuficientes, a pressão para atingir o maior número possível de alunos e a alfabetização, considerada por eles como o ato mais difícil de ser alcançado virtualmente. Segundo esses autores, o professor precisa compreender a importância do uso de tecnologias digitais nas suas aulas e buscar estratégias que possibilitem minimizar os problemas, tais como políticas públicas que garantam sua formação, computadores e internet no ambiente de trabalho (relatos de uso de equipamentos e internet pessoal para o trabalho são recorrentes, o que não é justo nem adequado, principalmente quando estes são compartilhados com a família). Ainda falando sobre o professor, seus desafios e

potencialidades, a Prof.<sup>a</sup> Renata Sperrhake, da FAGED UFRGS, aparece com dois trabalhos, um em conjunto com Marília Nunes e em outro com Clarice Transversini e Kamila Lockman. Nesses dois textos, o docente é provocado a reagir e reinventar-se. Segundo Nunes e Sperrhake (2020), num contexto totalmente desafiador para os anos iniciais, o professor deve ser um agente da reação e reorganização. E o caminho, segundo elas, é a palavra interesse. Como provocar o interesse, e um interesse que seja de todos, da família, do aluno, e que os remeta ao contexto escolar. Esse é o desafio proposto. Como resposta, as autoras sugerem o estímulo através dos livros para criar uma ponte entre o remoto e o físico. Traversini, Lockman e Sperrhake (2021), colocam o planejamento coletivo como ponto de partida para a reinvenção. Segundo as autoras, a escola deve ser um espaço de conformação de seus professores, onde a formação continuada ocorra entre os pares, e onde os professores iniciantes sejam acolhidos.

Em “Pandemia: perdas na aprendizagem e reinvenção da escola”, SOMMER e SCHIMIDT (2022) fazem uma reflexão sobre o fechamento das escolas. “Houve ensino remoto?” – é a provocação. De forma realística, colocam em cheque o que esteve envolvido no contexto pandêmico e questionam “O que fizemos, e que muitos continuam fazendo, é justo para nós e para nossas crianças e jovens? E neste momento, é prioritário o que fizemos e continuamos fazendo? Afinal, para que serve o que estamos fazendo?” (SOMMER, SCHIMIDT 2022, p. 11). Eles reforçam a ideia da reinvenção escolar, enfatizando que a Nova Escola é o oposto do isolamento e salientam as desigualdades que existiram durante o mesmo. A discussão e o trabalho coletivo, segundo eles, é o caminho para a escola se reinventar.

### **5.3 O Papel da Família**

O parecer 5/2020 atesta o papel fundamental da família no Ensino Remoto Emergencial trazendo a seguinte recomendação: “que as escolas orientem alunos e famílias a fazer um planejamento de estudos, com o acompanhamento do cumprimento das atividades pedagógicas não presenciais por mediadores familiares.” (BRASIL, 2020, p. 6). Camini e Freitas (2022) realizaram pesquisa com 40 alfabetizadoras da cidade de Porto Alegre. Pela análise das respostas das

participantes, inferiram que o principal problema enfrentado para alfabetizar crianças dos três primeiros anos do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Educação de Porto Alegre, durante o fechamento das escolas provocado pela COVID-19, foi falta de estratégia coletiva que conectasse a família e a escola dando conta da falta de cumprimento da orientação dada pelo parecer. Segundo as autoras, essa falta de conectividade inviabilizou o êxito dos demais investimentos realizados pela prefeitura, reforçando a necessidade de parceria entre escola e responsáveis.

Sperrhake (2021) aponta a mediação do professor para gerar interesses que sejam de todos no intuito de promover essa conexão. Camini e Freitas (2022) problematizam essa mediação apresentando pais cansados. Segundo as autoras, hoje vive-se a auto exploração, quando as pessoas são desafiadas a trabalharem por metas e traçam propósitos para alcança-las que as deixam exaustas e quase incapazes da convivência com todos os problemas dos filhos, pois em suas demandas não existe espaço para tarefas escolares. Assim, mesmo fornecendo chip com internet aos alunos de sua Rede, dentro desse quadro, a prefeitura de Porto Alegre teve baixíssima adesão a sua plataforma de ensino. Elas sugerem, como alternativa em crises, o uso imediato do meio radiofônico para alcançar toda a comunidade escolar, em especial as que vivem nas periferias. Segundo Camini e Freitas, este seria o caminho mais democrático e eficiente pelo seu amplo alcance e fácil acesso. Implicitamente, tanto Sperrhake quanto Camini e Freitas determinam à família um papel tão importante no Ensino Remoto Emergencial que indicam ações da escola para alcançar essa participação imprescindível ao sucesso escolar. (VELOSO e MILL, 2022).

#### **5.4 Dificuldades do Aluno**

Na bibliografia analisada, as dificuldades do aluno se apresentam, principalmente, pela falta de imersão no conhecimento digital e pela ausência no espaço físico da escola, onde ele estava imerso.

Jaques, 2022, por pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica, aponta a falta de letramento digital como maior dificuldade do aluno da educação básica da escola pública durante o Ensino Remoto emergencial, segundo ela, “a inclusão digital na

educação vai além do acesso as plataformas de aprendizagem, ela é a própria democratização do conhecimento, do acesso à informação, do conhecimento universal” (Jaques, 2022, p.23). De acordo com a autora, a exclusão digital é apenas a extensão de outros tipos de exclusão. A falta de enfrentamento de outras crises culminou com o agravamento das desigualdades durante a pandemia. Macedo (2022), além da falta do letramento digital, aponta a desigualdade que existe entre o aluno de escola pública e o aluno da rede privada. Em período pré-pandêmico, de acordo com levantamento apresentado por ela, apenas 14% das escolas públicas tinham uma plataforma digital para trabalho contra 64% das escolas privadas. Outro dado importante que a pesquisa de Macedo aponta é a limitação de acesso. Dentro do universo onde pesquisa foi realizada, 58% dos alunos usam celulares para as atividades escolares, e destes, 18% só tinham acesso à internet por dados limitados do telefone. Isso obviamente se refletiu no Ensino Remoto Emergencial. A autora apresenta levantamento feito no estado de São Paulo durante o mês de julho de 2020, onde os resultados apontam que, enquanto 4% de crianças consideradas ricas ficaram sem nenhuma atividade escolar, entre as menos favorecidas o índice subiu para 30%.

Focando na problemática das migrações, Silva e Di Pierro (2022), abordam os impactos do Ensino Remoto Emergencial causado pela COVID 19 no Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

Ao transferir todas as atividades escolares para plataformas on-line, os gestores de políticas de EJA não tiveram tempo suficiente para considerar três fatores importantes: 1) a maior parte dos alunos da EJA ficaram afastados da escola por muito tempo e podem não ter autonomia suficiente para a realização de atividades remotas; 2) esse público é constituído, sobretudo, por trabalhadores, muitos dos quais estão na informalidade, sem direitos sociais, e cuja realidade econômica não permite acesso a equipamentos e internet de qualidade para a realização das atividades; 3) e, justamente, por ser um público que está à margem, tentando sobreviver em um contexto difícil, essas pessoas poderiam não ter tempo e disposição para o ensino remoto. Além disso, com as moradias lotadas, muitos tiveram de compartilhar equipamentos, dispositivos e sinal de internet, o que – em muitos casos – acabou por inviabilizar a continuidade dos estudos. SILVA e DI PIERRO, 2022, p. 8)

A escola, para estes estudantes, ia muito além de um espaço para aprendizagem. Era local de vivências e convivências. A autora lembra ainda que os

ambientes de vivência desses refugiados tornavam a permanência em casa, por conta dos lockdowns, muito mais arriscadas do que o estar na escola.

### **5.5 A Gestão Pedagógica**

As crises também geram possibilidades. Essa é a proposta do trabalho desenvolvido por Corte Real, Stepanski, Picetti e Sirangelo (2020) que busca entender o que acontece com o corpo e com a mente ao deparar-se com mudanças repentinas que alterem os hábitos. Segundo este estudo:

As relações pessoais e individuais têm um importante papel na composição humana e, por isso, um distanciamento/isolamento social pode impactar consideravelmente suas reflexões e perspectivas futuras, tais como perceber e valorizar aspectos anteriores à sua convivência a partir do momento que lhes é afastado; que se percebe que já não há a possibilidade de manter esse vínculo ou ao menos recuperá-lo no sentido de sua totalidade (CORTE REAL, STEPANSKI, PICCETTI e SIRANGELO, 2020, p. 89)

Nos resultados da pesquisa, foi possível perceber, pelo conteúdo das respostas dos participantes, uma avaliação das individualidades, colocando-se no lugar do outro, humanizando o planejamento pedagógico, pois passa-se a enxergar o próximo também com a emoção. Para aos autores, essa reinvenção na forma de relacionar-se proporciona novas formas de aprendizagem que devem ser exploradas.

Nos Institutos Federais, Bueno, Leite, Vilaronga e Mendes (2022) mostram o planejamento coletivo como uma ferramenta eficiente. Já apontado anteriormente como o instrumento eficaz para a reinvenção do professor, ele também serve como reinvenção da escola. A prática do planejamento, na pandemia da COVID-19, se intensificou, os processos pedagógicos foram repensados para atender as novas demandas dos estudantes. Cerca de 80,8% dos professores que participaram da pesquisa realizada pelos autores participaram de planejamentos coletivos. Para os entrevistados, o Ensino Remoto Emergencial foi bom no sentido de dar condições de trabalhar de forma mais individualizada com os alunos portadores de necessidades especiais, mas viram como ponto negativo a falta de interação com colegas, haja vista as reuniões de planejamento serem semestrais ou, no máximo, bimestrais.

Por fim, a pesquisa bibliográfica traz Molon, Ludovico, Barcellos e Franco, (2022) falando sobre a avaliação. Segundo esses autores, é necessário avaliar e ter a avaliação como um guia de processos na educação. Para o aluno portador de

necessidades especiais, tanto o planejamento quanto a avaliação precisam ser flexíveis e adaptáveis conforme a necessidade do estudante (2022).

Em todas categorias, autores ratificam a necessidade de reinvenção da escola a partir de um novo contexto que surge nesse momento pós-pandemia. E para que essa nova escola chegue, são unânimes em reafirmar, implícita ou explicitamente, a importância da Gestão Pedagógica na mediação da comunidade escolar para a discussão e trabalho coletivo.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu a análise de 15 textos sobre o Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia provocada pela COVID-19. Considerando que a questão norteadora desse estudo foi: “como a produção bibliográfica disponível sobre o ensino durante a pandemia da COVID-19 pode contribuir para a educação básica fora do ambiente escolar?”, constatou-se a escassez de artigos científicos referentes a esse tema. A ocorrência de textos sobre o ERE em universidades é bem mais frequente do que os que tratam sobre o assunto na educação básica. Quanto aos objetivos dos artigos estudados, estes se demonstraram diversificados, variando da análise de fatores abrangentes à Educação Básica como um todo a um estudo sobre o ensino de uma disciplina ou a um público específico.

O conjunto destaca vários fatores de agravamento da crise, tais como a falta de cumprimento de metas previamente estabelecidos em documentos relativos à educação básica na rede pública, entre eles o PNE, a BNCC e a própria Constituição Federal em relação ao letramento digital dos alunos. A falta de investimento na formação continuada dos professores fez com que o corpo docente fosse pego de surpresa pela pandemia que os cobrou por um conhecimento que não haviam adquirido. Além disso, as limitações socioeconômicas das famílias contribuem, também, para dificultar o atendimento de alunos em ambiente extraescolar. Pelos artigos estudados, não há como negar a deficiência do Estado no atendimento aos alunos, em especial aos socialmente mais vulneráveis. Esses “achados” na pesquisa fortalecem o desafio à comunidade científica para produzir mais materiais que possam fomentar uma transformação no sistema educacional brasileiro, abrindo portas não só a novos conhecimentos, mas, também, à operacionalização do que já existe e que não são incentivados pelo Estado ou, muito menos, buscados pela população. Exemplificamos com a modalidade EAD e o próprio homeschooling, que durante a pandemia pela COVID-19 obteve uma maior visibilidade no Brasil, mas que é amplamente aplicado em mais de 60 países do mundo, em diferentes tipos de governos (ANED, 2022) desde tempos pré-pandêmicos. Para registro, não foi encontrada nenhuma publicação sobre impactos da pandemia em alunos homeschoolers. O que se viu, na verdade, foi um aumento considerável no interesse por esse tipo de educação por famílias que nunca o haviam cogitado antes. Em

reportagem publicada no site do *BestColleges*, instituição americana que se propõe a pesquisar e analisar os melhores caminhos para a educação, Anne Dennon (2021) afirma que milhares de pessoas, de diferentes etnias e níveis socioeconômicos, receberam instrução em casa e passaram a achar o ensino domiciliar viável. Embora o modelo ideal seja a escola pública de qualidade acessível a todos, sabemos que a pandemia produziu profundas alterações na sociedade, inclusive na educação. A quantidade de projetos apresentados em casas legislativas buscando a abertura de novas possibilidades para o educar representa uma parcela da população que pode ter algo a contribuir e precisa ser ouvida. CORTE REAL, STEPANSKI, PICCETTI e SIRANGELO (2021), trazem reflexão sobre as mudanças que a pandemia trouxe às relações. As famílias mudaram, as realidades pessoais são outras, surgiram novas formas de relacionar-se, as necessidades são diferentes. O pedagogo precisa estar atento a essas transformações. É ele quem, no universo escolar, mediará essas diferenças na busca de algo que seja comum a todos. Nóvoa, (2020), afasta o princípio da excludência. Todas as experiências precisam ser consideradas, e são milhares delas que precisam ser ouvidas. E o diálogo, segundo Freire, é o caminho para isso (FREIRE, 1980). Pela troca de experiências que existe no falar e ouvir o outro, sem preconceitos, que nos fortaleceremos para enfrentar possíveis novas crises.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Édison Prado de. **A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação**. 2014. 403 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014;

ANED - Associação Nacional de Educação Domiciliar. Histórico. Disponível em: <<https://www.aned.org.br/index.php/conheca-educacao-domiciliar/ed-no-brasil>> Acesso em: 30/10/2022;

ANED - Associação Nacional de Educação Domiciliar. Perguntas e Respostas. “**Como são socializados os estudantes de educação domiciliar?**”. Disponível em: <<https://www.aned.org.br/index.php/conheca-educacao-domiciliar/perguntas-e-respostas>>. Acesso em: 05/12/2022;

ARAÚJO, Antônia Silva; MENESES, José Marques, VASCONCELOS, Francisco Lucas Venuto. **Os Desafios da Gestão Educacional Democrática no Cenário da Pandemia**. Ensino em Perspectiva. <https://revistas.uece.br>, 2021, disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6398>. Acesso em 22/03/2022;

ASSIS, Kamila de Oliveira de. **Fatores que influenciam pais e/ou responsáveis a optarem pela Educação Domiciliar**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual de Goiás. Formosa, 2019;

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. **Ensino em casa no Brasil: um desafio à escola?** Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2013. Disponível em [https://www.aned.org.br/images/TrabalhosAcademicos/LUCIANE\\_MUNIZ\\_RIBEIRO\\_BARBOSA\\_rev.pdf](https://www.aned.org.br/images/TrabalhosAcademicos/LUCIANE_MUNIZ_RIBEIRO_BARBOSA_rev.pdf);

BEHAR, Alejandra Patrícia – **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação à Distância**, UFRGS, 2020. Disponível em <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia>. Acesso em 04/04/22;

BRASIL, 2020-2021 - **Pareceres e resoluções referentes à Covid 19**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90771-covid-19> com acesso em 04/04/2020;

BRASIL. **Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/5/2017, Página 3 (Publicação Original);

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996;

BRASIL. **Medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º de abril 2020;

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020** - Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília. [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br), 2020. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Portaria/PRT/Portaria nº 343-20-mec.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria_nº_343-20-mec.htm), com acesso em 22/03/2022;

BUENO, Jorge Geraldo Silveira. **Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. Cultura e Escola: Saberes, Tempos e Espaços Como Dimensões do Currículo**. Educ. rev. (17). Jun 2001. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0104-4060.222>;

BUENO, Melina Brandt, LEITE, Graciliana Garcia, VILARONGA Carla Ariela Rios, MENDES, Enicéia Gonçalves. **Ensino Remoto Para Estudantes do Público-Alvo da Educação Especial nos Institutos Federais**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469833814>;

CAMINI, Patrícia; FREITAS, Alice Teixeira de. **ERE na pandemia da Covid 19: alfabetização em risco na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre**. Teias (Rio de Janeiro). Rio de Janeiro. Vol. 23, n. 68 (jul/dez 2002), p.20-27;

CORTE REAL, Luciane Magalhães; STEPANSKI, Luciane Marilei Pereira, PICETTI, Jaqueline Santos; SIRANGEL, Luísa Guazelli. **Possibilidades de Aprendizagens na Pandemia de Covid-19**. Saberes Plurais Educ. Saúde, v. 5, n. 1, p. 72-91, jan./jun.

2021. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/223658/001128121.pdf?sequence=1&isAllowed=y>;

DENNON, ANNE. *Impact of COVID-19 Homeschooling on Students, Schools. BestColleges*, 2021. Disponível em <https://www.bestcolleges.com/blog/homeschooling-during-covid-19-and-student-outcomes/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023;

DI PIERRO, Maria Clara; SILVA, Rita de Cássia da Cruz. **Os Impactos da Covid 19 nos direitos educativos de migrantes e refugiados adultos** – Notas de Pesquisa. ARTIGO Educ. rev. 38 2022. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-469834185>;

**Estratégias didáticas de professores no ERE frente à pandemia da Covid 19: novos desafios, outros aprendizados.** 2021. Disponível em <http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/455>;

FERREIRA, Marcello; LOGUECIO, Rochele de Quadros. **A Análise de Conteúdo Como Estratégia de Pesquisa Interpretativa em Educação em Ciências.** REVELLI – REVISTA DE EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E LITERATURA, 2014, Goiás, Brasil, disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142567/000994515.pdf?sequence=1&isAllowed=y> com acesso em 12/04/2022;

FREIRE, Maximina. **O ERE e a exigência imediata de letramento: reflexões sobre um tempo de exceção.** 2021. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1678-460X202156287>;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1974;

HODGES, C., Moore, S., Lockee, B., Trust, T., & Bond, A. (2020). **A diferença entre o Ensino Remoto de Emergência e o Aprendizado Online.** Revisão de EDUCAÇÃO;

JQUES, Barbara Oliveira. **Educação E Inclusão Digital em Tempos de Pandemia.** UFRGS, Porto Alegre, 2022. Disponível em

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/250943/001153323.pdf?sequence=1&isAllowed=y>;

LIBÂNEO, J. C. **Que Destino os Educadores Darão à Pedagogia?** Selma G. Pimenta (org.). **Pedagogia, Ciência da Educação?** São Paulo; Cortez, 1996, p. 107-132;

LOCKMAN, Kamila, SPERRHAKE, Renata, TRANSVERSINI, Clarice. **A coformação como possibilidade do planejamento coletivo em tempos de pandemia, em Pesquisar com a escola: currículo e inclusão em foco.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 154-165. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/233599/001135490.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, com acesso em 12/10/2022;

MACEDO, Renata Mourão. **Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública.** Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 34, nº 73, p.262-280, Maio-Agosto 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/?lang=pt&format=;>

NICOLINI, Luciana Paludo Nicolini. **A Gestão Democrática E A Participação Ativa Da Comunidade Escolar.** Santa Cruz do Sul, UFRGS, 2015;

NÓVOA, Antônio. **A aprendizagem precisa considerar o sentir.** **Inovar Educação com Excelência** blog, 05/07/2021, disponível em <https://inovareducacaodeexcelencia.com/blog/antonio-novoa-aprendizagem-precisa-considerar-o-sentir>. Acesso em 05/03/2022;

NUNES, Marília dos Santos; SPERRHAKE, Renata. **Ensino Remoto e anos iniciais do ensino fundamental: Reflexões em torno da docência e de algumas escolhas didático-pedagógicas para o ensino da leitura e da escrita.** Revista signo. Santa Cruz do Sul, RS. Vol. 46, n. 85 (jan/abr 2021), p. 26-34;

OLIVEIRA, Carlonet Alves; AMANCIO, Joenneyres Raio de Souza. (2021). **Estratégias didáticas de professores no Ensino Remoto Emergencial (ERE) frente à pandemia da Covid-19: novos desafios, outros aprendizados.** *Devir Educação*, 323–340. Disponível em <https://doi.org/10.30905/rde.v0i0.455>;

ROSA, Silva, CL da, & Santos, DMB (2022). **Desenvolvimento docente profissional e educação básica na pandemia covid-19.** Disponível em <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3526>;

SAEB, Fundação Getúlio Vargas – **Relatório de Dados da educação.** Disponível em <https://portal.fgv.br/noticias/educacao-pode-retroceder-ate-quatro-anos-devido-pandemia-aponta-estudo>. Acesso em 25/03/2022;

SCHIMIDT, Saraí Patrícia; SOMMER, Luis Henrique, **Pandemia: Perdas na aprendizagem e reinvenção da Escola.** Editora Bagai, Curitiba, 2021;

SILVA, CL da, & Santos, DMB (2022). **Desenvolvimento Docente Profissional e Educação Básica na Pandemia Covid-19.** Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3526>;

UNESCO, **Relatório de Inclusão na Educação,** 2020;

UNICEF, **Relatório e Educação na Pandemia,** 2021. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/t%C3%B3picos/dados-e-relat%C3%B3rios>. Acesso em 25/03/2022;

VELOSO, B., & Mill, D. (2022). **Educação a Distância e Ensino Remoto: oposição pelo vértice.** Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3506>;

WARMILING, Cristine Maria. **Pesquisa Qualitativa Entre Opção Metodológica e Teoria Epistemológica.** Saberes Plurais, Educação na Saúde, V.2. Porto Alegre, 2018. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182199/001074833.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 12/04/2022;